

O ENSINO SUPERIOR NA HUNGRIA

VASCO OLIVEIRA E CUNHA

Vice-Presidente do ISPV

Preocupações dominantes neste documento são as incidências no ensino superior húngaro das alterações políticas, económicas e sociais produzidas no país a partir de 1989, nomeadamente a reflexão sobre as dificuldades e os desafios que elas sempre originam, e também sobre as bases em que parece assentar hoje algum consenso entre os responsáveis.

Fontes determinantes na elaboração deste texto foram os documentos seguintes: a) "Innovation in the Hungarian Extra University Sector", do Professor Doutor László Dinya, Reitor do Colégio de Indústria Alimentar e Presidente da Conferência de Directores dos Colégios Húngaros, uma comunicação apresentada em Nicosia, em 1995, numa conferência internacional sobre inovação no ensino superior, e publicada no número 1, volume 8, pp 85-90, (1995) de *Journal of Business and Society*, uma edição do Cyprus College; b) "System Change and higher education in Hungary", um artigo da autoria do Dr. Holger Fischer, secretário para os assuntos académicos do Centro de Estudos Húngaros da Universidade de Hamburg, Alemanha, publicado em Amsterdam pela E.A.I.E. na sua News Letter número 23, p.p., 11-13, Junho de 1996.

///

1. Originariamente estabelecido com base no modelo da Universidade alemã de Humboldt, só depois da Segunda Guerra Mundial o sistema húngaro de ensino superior foi substituído pelo padrão soviético, caracterizado, no essencial, pela grande proliferação de instituições, pela sua pequena dimensão e baixa frequência, pelo leque reduzido de estudos oferecidos em cada uma delas, pela separação muito nítida entre ensino e investigação, pelo financiamento exclusivo do estado e pela centralização da concessão de diplomas na Academia das Ciências.

Nos anos oitenta só 10 a 15% dos 100.000 estudantes húngaros se encontravam no ensino superior, mas as graduais alterações introduzidas no sistema a partir de 1985, nomeadamente a criação de corpos representativos a diferentes níveis, tais como grupos de estudantes, sindicatos independentes para os

cientistas e a Conferência Húngara dos Presidentes das Universidades, permitiram que no final da década, com as mudanças políticas, o ensino superior húngaro divergisse já substancialmente dos restantes países do leste europeu.

Com o primeiro governo eleito, sob a direcção de Jöseph Antall, a prioridade foi dada à construção das estruturas democráticas e políticas nos sectores da economia e da sociedade. Porém, a implementação de linhas de força para a política académica só surgiu posteriormente, na sequência da legislação aprovada no Parlamento sobre direitos, termos e condições de emprego do pessoal docente (1992), e da publicação, em 1993, de um documento básico elaborado pela Conferência dos Reitores das Universidades assente nos seguintes princípios:

- reforma e fortalecimento do sistema educativo em relação aos outros dois domínios da ciência - a Academia das Ciências e a investigação e o desenvolvimento científico e técnico;
- estabelecimento da autonomia das Universidades;
- transferência do direito de concessão de graus da Academia das Ciências para as Universidades.

Para além destes princípios fundamentais, a lei incluía regulamentos detalhados sobre outras questões, nomeadamente as ligadas ao financiamento, à diversificação e ao aumento da frequência e às relações entre as Universidades e o estado.

Em 1993 foi também publicada legislação regulamentar não só das Universidades (egyetem) mas também dos colégios (főkiskola), o outro subsistema do ensino superior da Hungria, num esforço de construção de um quadro legal mais adaptado à realidade deste nível de ensino. Ficaram ainda de fora, contudo, algumas áreas da educação terciária, ainda não oficialmente aceites - algumas formas de educação de adultos, estágios de curta duração, as escolas de gestão e de comércio, o ensino à distância, entre outras.

Das leis publicadas salientam-se as características seguintes: a unificação da supervisão do ensino superior no Ministério da Educação e da Cultura, em contraste com a dispersão anterior por diferentes ministérios ; o reconhecimento e pelo estado tanto da Conferência dos Reitores das Universidades como da Conferência dos Directores dos Colégios; a criação do Comité Nacional de Acreditação e do Conselho Científico do Ensino Superior, com competências de consultoria e de tomada de decisões de âmbito profissional; a garantia de autonomia institucional, com capacidade de decisão organizativa e financeira e com o direito de elaborar programas e de conceder graus; a introdução de propinas; a prática de

contratos a termo certo; o estabelecimento de uma data limite para a acreditação das instituições oficialmente reconhecidas; a facilitação do processo de integração das instituições mais pequenas.

///

2. Apesar deste quadro legislativo subsistem no ensino superior húngaro desafios que necessitam de respostas e de inovação permanentes, sobretudo no sector extra-universitário. Antes, porém, de examinarmos algumas delas, vejamos qual a sua estrutura actual.

Seguindo o exemplo alemão, existem na Hungria duas espécies de instituições: as Universidades e os Colégios.

As Universidades, em número de 30 (25 públicas, e 5 propriedade da igreja), concedem os graus de bacharel, de mestre e de doutor em cursos mais teóricos e científicos que têm uma duração de 4,5 e 6 anos. A sua dimensão média pode avaliar-se pelos seguintes valores: 2771 alunos e 358 docentes. No seu conjunto, existiam em 1995 nas Universidades húngaras 83.127 alunos e 10.746 professores, com um ratio aluno/professor de 7.7.

Os colégios eram, também em 1995, 62. Destes, 34 eram públicos, 24 da Igreja e 4 privados. A sua frequência total era de 70.809 alunos, sendo o número de professores de apenas 4.607, o que originava um ratio aluno-professor de 15.4. A dimensão média destas instituições era de 1142 alunos e de 74 professores.

Estes valores permitem-nos tirar duas conclusões: a primeira, a de que a dimensão das instituições de ensino superior continua a ser pequena. Na verdade, e em relação às Universidades, a maior parte delas não ultrapassa a frequência de 500 estudantes, valores muito aquém dos 8.000 a 15.000 previstos no planeamento feito para nove dos centros Universitários. Grandes Universidades, apenas a Eötvös Lajos Kossuth, de Debrecen, com 8.000, a Universidade Técnica de Budapeste, a Janus Pannonius, de Pécs, entre poucas mais; a segunda, é a de que o ensino superior húngaro se encontra hoje ainda mais fragmentado. A facilitação do processo de integração das instituições mais pequenas a que já nos referimos não teve ainda resultados visíveis.

///

3. Analisaremos seguidamente algumas das áreas que no ensino superior da Hungria representam desafios à inovação.

O sistema de funcionamento do ensino superior foi profundamente reformado. Até 1993 ele era gratuito e financiado pelo estado. Com uma regulamentação centralizada originavam-se simultaneamente desperdícios e carências. A nova realidade do país conduziu o governo, apesar de uma situação orçamental cada vez mais difícil e da pressão inflacionista (35% em 1991; 23% em 1992 e em 1993; 20% em 1994 e 29% em 1995), esta realidade, dizíamos, conduziu o governo à adopção de uma política económica para o estabelecimento de um quadro legal e institucional onde as forças do mercado pudessem operar. As previsões oficiais de que em cinco anos muitas das dificuldades estariam vencidas revelaram-se, porém, incorrectas, acreditando-se hoje que o processo de transformação da sociedade húngara e da sua economia possa dilatar-se por uma geração.

As instituições de ensino superior terão de continuar a viver com subsídios estatais cada vez mais reduzidos e com taxas de inflação entre os 20 e os 25%. São, contudo, livres de procurar outras fontes de financiamento. Particularmente sensíveis neste domínio, as instituições do subsistema constituído pelos Colégios, com menos reservas que as Universidades e, fundamentalmente, pela prioridade social menor que ainda lhes é atribuída.

De acordo com estimativas oficiais, 11% dos jovens que concluíram os seus estudos secundários entraram em 1990 no ensino superior, uma percentagem que se elevou em 1995 para 15% nas Universidades e para 18% nos colégios. Um crescimento notável se tivermos em conta a realidade da ausência de reforço orçamental adicional.

A falta de dinheiro está a dificultar a introdução de mudanças e de reestruturações, uma necessidade urgente considerando que a actual estrutura do sector foi criada nos anos 50 e 60, e que se caracterizou pelo papel determinante da formação de professores e de técnicos.

Na estrutura tradicional do ensino superior húngaro cerca de 50% dos estudantes entravam para as Universidades e 50% para os Colégios. De acordo com a lei, o estatuto de Universidade ou de Colégio é atribuído às instituições e não aos seus programas, mas enquanto que as Universidades têm a possibilidade de criar programas que conduzem a um grau de bacharel. Os Colégios não podem criar cursos de mestrado ou de doutoramento. A controvérsia sobre o sistema binário de ensino superior instalou-se e as questões de competitividade não estão ainda decididas. Como estratégia para aumentar

o número de estudantes as instituições estão a oferecer programas de formação mais diversificados e flexíveis.

Uma outra consequência da actual legislação é o aparecimento de muitas instituições nas áreas de comércio e de gestão e a criação de redes de ensino à distância constituindo no seu conjunto um verdadeiro terceiro sector.

Uma outra área que carece de resolução urgente é a que se refere à actualização do conteúdo da educação, não em termos de quantidade de programas oferecidos mas da sua qualidade e da sua estrutura interna. Constituindo uma área sensível, sobretudo em economias de mercado, abertas e competitivas, as instituições húngaras têm podido responder diferentemente a este desafio - melhor, as Universidades de maior dimensão; com mais dificuldade, as instituições vocacionais, mais especializadas, as Universidades com uma só Faculdade e os Colégios.

Numa outra perspectiva, a actualização desvalorizou áreas de conhecimento cujo papel se tornou questionável em consequência da reestruturação económica da sociedade húngara enquanto outras foram valorizadas, nomeadamente as humanidades, as línguas estrangeiras, a informática, a gestão, a protecção ambiental,, etc... Segundo László Dinya, poderá vir a operar-se nestas áreas um processo de resistência por parte dos professores, sobretudo nas instituições mais atingidas pela crise.

Uma área problema do ensino superior húngaro é a da avaliação do desempenho do pessoal docente e o controlo institucional da qualidade. Os desenvolvimentos neste âmbito têm consistido na criação de alguns mecanismos internos nas instituições, tendo a nível nacional sido criado o Comité de Acreditação que, espera-se, tenha um papel central nesta questão, mas só a longo prazo.

No período anterior a 1990 houve um crescimento forte do número de docentes, o que originou neste ano a ratio aluno-professor mais baixa da Europa. Em 1991, 93% dos académicos trabalhavam, oficialmente, a tempo inteiro e só 9% deles tinha menos de 30 anos. Contudo, os baixos vencimentos e os horários sobrecarregados faziam com que a grande maioria dos docentes tivesse mais do que uma fonte regular de rendimento. Esta situação não foi alterada posteriormente, apesar de os vencimentos terem crescido cerca de 30% em 1994 - a motivação voltou a cair por causa dos níveis atingidos pela inflação.

Em Março de 1995 o governo decidiu dispensar cerca de 30% dos docentes universitários acrescentando dificuldades às instituições.

///

4. Existe hoje na Hungria uma visão coerente do que deverá ser o ensino superior, tanto universitário como extra-universitário, e o papel que ele tem a desempenhar no progresso social e económico do país. Num estudo realizado sob a direcção do Comité de Trabalho Interministerial - "O desenvolvimento do Ensino Superior na Hungria até ao ano 2000" -, sintetizam-se essa visão e as dificuldades que será necessário vencer: as resistências à reforma e à mudança de atitudes, os interesses instalados.

Segundo László Dinya, essa visão coerente assenta num conjunto muito amplo de decisões de que deverão destacar-se:

- a necessidade da criação de um quadro legislativo coordenado que continue a considerar de grande importância o papel do governo central e dos seus ministérios;
- a incentivação do financiamento pelo sector privado nacional e internacional, uma vez que existe a convicção generalizada de que o sector público não dispõe dessa capacidade. Alguns indicadores actuais são reveladores desta situação: enquanto que a instituição estatal média ainda dependia largamente em 1994 do orçamento do estado (80%), a capacidade das instituições privadas parece estar mais desenvolvida, uma vez que 80% dos seus fundos são gerados fora do sistema de financiamento estadual. Os Colégios estaduais encontram-se também melhor que as Universidades uma vez que 30 / 35% do seu orçamento já não tem o estado como origem.

A nível de financiamento internacional poderão referir-se como significativos o contributo de 50 milhões de dólares anuais atribuídos desde 1991 às Universidades(65%) e aos Colégios(35%) através do fundo designado por "Catching up with European Higher Education" e a participação crescente das instituições húngaras nos programas TEMPUS e PHARE;

- encorajamento da diversificação institucional, criando alternativas já legais de ensino superior, com um papel importante e ser actualmente desempenhado por igrejas e por fundações;

- aprofundamento do processo de acreditação iniciado em 1994, com cerca de 20% dos Colégios já acreditados;
- interesse manifestado já há alguns anos pelo sector extra-universitário no sentido da redução dos efeitos disfuncionais da fragmentação e da divisão estruturais integrando as suas actividades com as de outras instituições;
- A busca de uma identidade própria por parte dos Colégios, assente na convicção do seu contributo potencialmente maior para as políticas de desenvolvimento local e regional;
- aumento da cooperação e da mobilidade interinstitucional com base num sistema transparente e efectivo de créditos e da sua transferência;
- incremento das tecnologias da informação com fins educativos, uma área mais avançada já no sector extra-universitário;
- desenvolvimento de redes de ensino à distância.

Parece existir hoje na Hungria, segundo Dinya, um consenso alargado, quer sobre este conjunto de decisões e de iniciativas e do seu carácter de imprescindibilidade na construção do país, quer sobre as dificuldades económicas que é necessário procurar ultrapassar para se poderem atingir os objectivos definidos.